

PROCESSO TCE/AC 17.299.2013-70
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2012.
RESPONSÁVEL: Francisco Ernilson de Freitas
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

PARECER PRÉVIO Nº 660/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal. Regular com Ressalva.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, para dar cumprimento ao disposto no art. 23, § 1º, da Constituição Estadual, apreciou os autos do Processo nº 17.299.2013-70-TCE e, após exame dos documentos que instruíram o feito, à **maioria**, acolhendo as razões expostas e o voto do Conselheiro-Relator, e, ainda:

Considerando a ausência do envio de dados em mídia magnética;

Considerando a inconsistências contábeis;

Considerando a ausência de controle interno.

Considerando tudo mais que dos autos constam.

Resolve emitir **PARECER PRÉVIO** considerando **REGULAR COM RESSALVA** as Contas do Senhor **Francisco Ernilson de Freitas**, prefeito do município de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2012, em face das falhas acima enumeradas, e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Rodrigues Alves/Acre para o seu julgamento, de acordo com o ordenamento constitucional.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco - Acre, 8 de março de 2018.

Cons. Valmir Gomes Ribeiro
Presidente do TCE/AC

Cons. Ronald Polanco Ribeiro
Relator

Cons. José Augusto Araújo de Faria

Cons. Antônio Jorge Malheiro

**Cons. Antônio Cristóvão Correia de
Messias**

Cons^a. Dulcinéia Benício de Araújo

Cons^a. Naluh Maria Lima Gouveia

Fui presente:

Sérgio Cunha de Mendonça
Procurador do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE/AC 17.299.2013-70
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2012.
RESPONSÁVEL: Francisco Ernilson de Freitas
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

ACÓRDÃO Nº 10.677/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves. Desapensamento. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre por **maioria**, com voto desempate do Conselheiro-Presidente, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator **Ronald Polanco Ribeiro: Parecer Prévio** considerando **REGULAR COM RESSALVA** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. **Francisco Ernilson de Freitas**, prefeito à época. Pela ressalva dos seguintes itens tendo em vista que em 2012 tais impropriedades ensejam apenas ressalvas: 1) Ausência do envio de dados em mídia magnética; 2) Inconsistências contábeis. 3) Ausência de controle interno; 4) Pela notificação do responsável do resultado deste julgamento; 5) Pela notificação do atual Gestor para implantação do Sistema de Controle Interno do município de Rodrigues Alves, caso ainda não exista; 6) pelo **encaminhamento de cópia** dos presentes autos à Câmara Municipal de Plácido de Castro para o seu final julgamento de acordo com o disposto no Art. 23 da Constituição Estadual de 1989. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento dos presentes autos**.

Rio Branco - Acre, 8 de março de 2018.

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do TCE/AC

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator

Cons. José Augusto Araújo de Faria

Cons. Antônio Jorge Malheiro

**Cons. Antônio Cristóvão Correia de
Messias**

Cons^a. Dulcinéia Benício de Araújo

Cons^a. Naluh Maria Lima Gouveia

Fui presente:

Sérgio Cunha de Mendonça
Procurador do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE/AC 17.299.2013-70
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2012.
RESPONSÁVEL: Francisco Ernilson de Freitas
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

RELATÓRIO

1. Trata-se de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. **Francisco Ernilson de Freitas**, Prefeito do Município de Rodrigues Alves/Acre à época.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório de análise técnica às fls. 78 a 100 e relatório conclusivo de análise técnica às fls. 126 a 131.
3. Citação do Gestor às fls. 111. Citação do senhor Adenilton Soares Dantas (contador da prefeitura na ocasião) às fls. 109. Citação do senhor Francisco Eládio Ferreira Souza (responsável pelas assinaturas nos demonstrativos contábeis) às fls. 110.
4. Defesa às fls. 115 a 122.
5. Após a fase do contraditório restaram pendentes de regularização, de acordo com a 2ª IGCE, as seguintes inconsistências:
 - 5.1. Não envio da mídia digital dos dados da prestação de contas descumprindo a Resolução TCE/AC nº62/2008.
 - 5.2. Ausência de assinaturas do contador bem como ausência da Declaração de Habilitação Profissional – DHP.
 - 5.3. Não escrituração da receita da Dívida Ativa do Município.
 - 5.4. Inconsistência do Balanço Patrimonial.
 - 5.5. Inconsistências na DVP.
 - 5.6. Não comprovação de aplicação do mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério.

- 5.7. Ausência da Ata de Aprovação das contas do FUNDEB pelo conselho respectivo.
- 5.8. Ausência de comprovação da aplicação do mínimo de 15% em ações e serviços de saúde.
- 5.9. Impossibilidade de comprovação da aplicação do mínimo de 25% com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
- 5.10. Ausência do Sistema de Controle Interno.
- 6. Opinou o corpo técnico deste TCE pelo julgamento IRREGULAR das contas em razão dos motivos citados no 5 deste relatório bem como aplicação de multas ao Gestor.
- 7. Sugeriu comunicar ao CRC a respeito da infração cometida pelo Técnico em contabilidade senhor Francisco Eládio Ferreira de Souza em face da ausência de assinaturas bem como ausência de DHP nos demonstrativos contábeis.
- 8. Não sugeriu para o contador a penalidade de multa.
- 9. O Ministério Público Especial junto a esta Corte emitiu parecer às fls. 136 a 140.

É o relatório.

Rio Branco - Acre, 8 de março de 2018.

Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro
Relator

PROCESSO TCE/AC 17.299.2013-70
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves/Acre, referente ao exercício de 2012.
RESPONSÁVEL: Francisco Ernilson de Freitas
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

VOTO

O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

(Relator):

1. Folheando os autos restou constatado basicamente três pontos principais levantados pela análise técnica que levaram a opinar pela irregularidade das contas:

1.1. Ausência do envio de dados em mídia magnética (subitens: 2.1, 2.2, 2.3, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.11, fls. 126 a 130 - Relatório conclusivo – Volume 1).

1.2. Inconformidades Contábeis¹ (subitens 2.5 e 2.6, fls. 128 - Relatório conclusivo – Volume 1).

1.3. Ausência de controle interno (subitem 2.12 fls. 130 - Relatório conclusivo – Volume 1).

4. Quanto as irregularidades relativas a ausência do envio de dados em mídia magnética (subitem 1.1 deste Voto), deixo de considerar como ilegalidade, tendo em vista que a área técnica não comprovou os prejuízos na análise técnica em face da ausência das respectivas mídias. Ressalto que, a época da análise (2012), mesmo quando ausente o envio de documentos, tais omissões ensejavam apenas ressalvas como ocorreu com a Prestação de Contas do Fundo estadual de Fomento à Cultura, que não considerou a ausência do Relatório Circunstanciado como irregularidade, conforme Acórdão n. 8.200/2013. Portanto, opino pela ressalva deste item.

5. Quanto as inconsistências contábeis (subitens 2.5 e 2.6, fls. 128 - Relatório conclusivo – Volume 1), também no período em análise (2012) tais impropriedades

¹ Inconformidade no Balanço Patrimonial e Inconformidade na DVP
Processo TCE nº 17.299.2013-70 (Acórdão n. 10.677/2018/ Plenário)

não ensejavam irregularidades, mas somente ressalvas. Alguns julgados neste sentido: Acórdão n. 8.336/2013/Plenário (ausência de valores da LOA); Acórdão n. 8.359/2013/Plenário (ausência de valores da LOA e divergências de valores entre o Balanço Orçamentário e LOA). Destaca-se também o Acórdão n.10.528/2017 que julgou regular com ressalva as contas de 2015 da Câmara de Santa Rosa, em que pese a apuração de Déficit Orçamentário.

6. Deixo também de sugerir a irregularidade das contas em relação ao controle interno (subitem 2.12 fls. 130 - Relatório conclusivo – Volume 1), pois na ocasião esta Corte ainda não julgava desta forma. Portanto, sugiro a ressalva também deste subitem com a recomendação a atual gestão a implantar o controle interno, sob pena de responsabilidade.

7. Deixo, por fim, de sugerir a aplicação de multas ao gestor, por entender que a pretensão punitiva foi alcançada pela prescrição quinquenal, em face do período decorrido.

8. **Ante o exposto**, consubstanciado no relatório exarado pelo Corpo Técnico e pelo parecer do Ministério Público Especial atuante nesta Corte de Contas, **VOTO:**

8.1 Nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Parecer Prévio** considerando **REGULAR COM RESSALVA** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves, referente ao exercício orçamentário-financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. **Francisco Ernilson de Freitas**, prefeito à época.

8.2 Pela ressalva dos seguintes itens tendo em vista que em 2012 tais impropriedades ensejam apenas ressalvas:

8.2.1 Ausência do envio de dados em mídia magnética.

8.2.2 Inconsistências contábeis.

8.2.3 Ausência de controle interno.

8.3 Pela notificação do responsável do resultado deste julgamento;

8.4 Pela notificação do atual Gestor para implantação do Sistema de Controle Interno do município de Rodrigues Alves, caso ainda não exista.

8.5 pelo **encaminhamento de cópia** dos presentes autos à Câmara Municipal de Plácido de Castro para o seu final julgamento de acordo com o disposto no Art. 23 da Constituição Estadual de 1989;

8.6 Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento dos presentes autos**.

É como Voto.

Rio Branco - Acre, 8 de março de 2018.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**
Relator